



A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DE NORTE-AMERICANOS E ISLÂMICOS NA GUERRA DO IRAQUE PELA REVISTA VEJA

Fernando Albuquerque Miranda

Doutorando em Letras, Facig, nandominas@hotmail.com

Resumo- A mídia apresenta-se como um espaço de disputa política e ideológica. Isso fica evidente principalmente em momentos de conflitos, como ocorreu nos primeiros momentos da Guerra do Iraque e ainda ocorre atualmente. É natural que esse espaço seja utilizado como instrumento por parte de governos para efetivarem seus interesses através da conquista da opinião pública. O resultado dessa disputa pode ser confirmado no tratamento dado pela mídia aos fatos. Este artigo pretende analisar de que forma ocorreu a representação das identidades culturais de norte-americanos e islâmicos em duas edições da revista *Veja* nas semanas que se seguiram ao início da guerra. Pretende-se discutir de que modo o fazer jornalístico desse veículo de comunicação, calcado na prática da reportagem dissertativa, contribuiu para a construção das referidas identidades culturais.

Palavras-chave: Identidade cultural; Mídia; Reportagem dissertativa.

Área do Conhecimento: Comunicação.

INTRODUÇÃO

Antes de a primeira bomba ser lançada sobre Bagdá, decretando o começo da iniciativa militar norte-americana na Guerra do Iraque, em 2003, um conflito discursivo já se encontrava em curso na mídia. Ele era sustentado por meio dos pronunciamentos do presidente George W. Bush e de representantes da Secretaria de Defesa dos EUA e procuravam justificar a necessidade da intervenção militar, contra todas as evidências e argumentos contrários a ela. A máquina de informações norte-americana, também ela um instrumento de guerra, abarrotou a mídia daquele país (e, por consequência, a de todo o mundo ocidental via agências de notícia e conglomerados de comunicação) com um amplo material noticioso parcialmente construído para obedecer a estratégias militares.

Para além de convencer o Conselho de Segurança da ONU, instância responsável pela definição do caráter (se favorável ou contrário) da resolução sobre a intervenção, tratava-se de conquistar o aliado mais desejado em um conflito: a opinião pública internacional (STEINBERGER, 2005, p. 309). Naquela ocasião, a resolução favorável à intervenção não foi aprovada pelo Conselho de Segurança, mas a opinião pública americana foi convencida. Era o que bastava para Bush ir à guerra.

A máquina de informações norte-americana continuou agindo de forma intensa durante os primeiros momentos do conflito, não obstante os desmentidos públicos de Bush sobre as falsas informações divulgadas pela CIA de que o Iraque teria armas de destruição em massa e que

serviram de justificativa para o conflito. O objetivo deste artigo é analisar de que forma parte da mídia impressa brasileira realizou a cobertura da guerra nesse contexto, sobretudo no calor dos primeiros momentos do evento. Mais especificamente, interessa aqui observar de que forma emerge a representação das identidades culturais de norte-americanos (mundo ocidental) e islâmicos (mundo oriental) na cobertura jornalística de *Veja*.

Escolheu-se como *corpus* duas edições da revista: as dos dias 26 de março e 2 de abril de 2003. São, respectivamente, os números publicados na semana do início da guerra (dia 21 de março) e na subsequente. A intenção é discutir como o modo de produção jornalístico de *Veja* lida com as informações apuradas e como esse procedimento influenciou na construção das referidas identidades. Para isso, utilizaremos os conceitos de reportagem dissertativa, abordado por Oswaldo Coimbra na obra *O texto da reportagem impressa* (1993), e o de identidade cultural, proposto por Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2003). A partir disso, procuraremos abordar como ocorre a representação da identidade de norte-americanos e islâmicos no discurso da revista.

A IDENTIDADE CULTURAL FRAGMENTADA

O conceito de identidade cultural é problematizado por Stuart Hall no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2003). O autor confessa logo no início da obra sua posição simpática à “afirmação de que as identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é,

deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2003, p. 8). Primeiro, o sociólogo demonstra a evolução das concepções de sujeito partindo da noção de indivíduo centrado do Iluminismo, cujo núcleo interior era autônomo e auto-suficiente, passando pelo sujeito sociológico, formado pela interação entre os mundos pessoal e público, e chega ao sujeito pós-moderno, descentrado, contraditório e múltiplo.

Hall descreve cinco avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento no período que caracteriza como modernidade tardia (segunda metade do século XX) que trouxeram como consequência o descentramento final do sujeito cartesiano. São eles: a reinterpretação por novos teóricos da afirmação de Marx de que “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, que observaram na assertiva que os indivíduos não poderiam ser autores/agentes da história, uma vez que herdavam as condições históricas de gerações anteriores; a descoberta do inconsciente por Freud, uma instância psíquica que atua de acordo com uma lógica diferente da razão; a linguística proposta por Saussure, segundo a qual os indivíduos não são os autores de suas afirmações ou significados expressos pela língua, porque esta preexiste a eles; o “poder disciplinar” que surge do trabalho de Foucault e a ideia expressa de que o indivíduo encontra-se vigiado e isolado pela própria constituição e natureza das instituições da modernidade tardia; e, por fim, o impacto do feminismo como uma concepção de crítica teórica e movimento social que passou a analisar o mundo sob uma nova ótica.

Para esse indivíduo descentrado, Hall irá também desconstruir a ideia de unidade das identidades culturais nacionais. Ele identifica que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2003, p. 48). Dessa forma, poderíamos dizer que nós apenas entendemos o significado da expressão “o brasileiro é um povo alegre”, por exemplo, por causa do modo como a “brasilidade” veio a ser representada. Afirma Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (HALL, 2003, p. 50-51).

Citando o cientista político Benedict Anderson, o autor registra que a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” e que “as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas” (HALL, 2003, p. 51). Para isso, contribui a maneira como ocorrem as narrativas sobre as culturas nacionais. Hall identifica cinco elementos principais a constituírem essas narrativas de culturas nacionais e que, a rigor, são responsáveis pela criação de uma unidade no modo como elas são percebidas. São eles: a “narrativa da nação”, ou seja, como sua história é contada e recontada pelas literaturas nacionais, pela mídia e pela cultura popular; a ênfase nas “origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” da cultura nacional; a “invenção da tradição”, quando características relativamente recentes a identificarem uma cultura são tidas e transmitidas como sendo antigas; o “mito fundacional”, uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”; um “povo ou *folk* puro, original”, ideia romântica, uma vez que raramente o povo original de uma nação é o que persiste ou exercita o poder, como foi o caso dos índios no Brasil.

Após identificar as formas de constituição das culturas e identidades nacionais como unificadas, Hall irá questionar esse modo de analisá-las e partirá para sua desconstrução. Ele argumenta: “Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural” (HALL, 2003, p. 59). Partindo desse pressuposto, o autor considera três pontos: que a maioria das nações é composta por culturas que, originalmente, eram separadas e que foram unificadas por processos de conquista, muitos deles violentos e que se caracterizaram pela supressão forçada das diferenças culturais; que as nações são sempre baseadas na estratificação social e constituídas por diferentes grupos étnicos e de gênero; e que “as nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados” (HALL, 2003, p.61).

Com base nessa argumentação, ele propõe:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de

diferentes formas de poder cultural (HALL, 2003, p. 62).

Hall questiona ainda o uso do termo “etnia” – que agrega referências como língua, religião, costumes, tradições – no sentido fundacional de um povo no mundo moderno. Tomando o exemplo da Europa Ocidental, onde não há nações compostas por um povo único, o autor ressalta: “As nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2003, p. 62). Da mesma forma, para ele não seria correto empregar o termo raça para identificar um povo homogeneamente.

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto fraco, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2003, p.63).

Além do que foi visto até aqui como elementos problematizadores da ideia de uma identidade cultural unificada, há um outro aspecto a reforçar a fragilidade desse raciocínio e que é explorado por Stuart Hall em sua obra. O autor examina os efeitos da globalização sobre a formação das identidades culturais e chega a três possíveis consequências:

- As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”.
- As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.
- As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar (HALL, 2003, p. 69).

Dessa forma, Hall compõe um quadro complexo sobre o significado das identidades culturais na pós-modernidade em contraposição à ideia estereotipada de identidades unificadas. Essa discussão será útil mais adiante quando formos analisar a representação das identidades do povo norte-americano e dos islâmicos que

surge das páginas de *Veja* na cobertura da Guerra do Iraque. Mas antes da análise proposta, será importante apresentarmos o conceito de reportagem dissertativa, presente no fazer jornalístico da revista.

A REPORTAGEM DISSERTATIVA

O estilo jornalístico de *Veja* é predominantemente marcado pelas características da reportagem dissertativa. Esse conceito, abordado por Oswaldo Coimbra no livro *O texto da reportagem impressa*, aplica-se às reportagens (relatos noticiosos de formato mais extenso) porque é nesses momentos que o jornalista tem que lidar com uma ampla e variada gama de informações (COIMBRA, 1993, p.10-11).

Segundo Coimbra, fundamentalmente, os textos das reportagens podem ser analisados de acordo com três parâmetros: a reportagem dissertativa, a reportagem narrativa e a reportagem descritiva. Em linhas gerais, as características de cada um desses estilos são: a reportagem dissertativa desenvolve-se a partir de informações generalizantes do autor da reportagem seguidas de fundamentação, coletada em entrevistas e pesquisas, por exemplo. É como se a intenção do jornalista sempre fosse demonstrar uma tese. Assim, esse tipo de reportagem é “fechado à diversidade de interpretações” (COIMBRA, 1993, p. 153); a reportagem narrativa caracteriza-se basicamente por “conter os fatos organizados dentro de uma relação de anterioridade ou de posterioridade, mostrando mudanças progressivas de estado nas pessoas ou nas coisas” (COIMBRA, 1993, p. 44), o que mostra seu caráter mais aberto à interpretação por parte do leitor e de maior liberdade em relação a experimentações formais para o jornalista; e a reportagem descritiva se atém mais à descrição de pessoas/personagens da matéria, sobretudo por meio de ações.

Essa divisão é utilizada por Coimbra como base para realizar seu estudo do texto da reportagem escrita. Ele explica que, naturalmente, esses estilos podem misturar-se em uma mesma matéria jornalística. Mas sempre é possível identificar a preponderância de um deles, o que fica evidente ao se analisar as orientações editoriais de veículos distintos. Mas para nossa análise, interessa basicamente verificar a forma de produção jornalística da reportagem dissertativa, visto que é essa prática que norteia o modo de produção de *Veja*.

Como ressaltamos, a reportagem dissertativa desenvolve-se como se a intenção do jornalista (autor da matéria) fosse demonstrar uma tese. Para isso, ele utiliza-se de informações generalizantes sobre determinado assunto de sua

pauta jornalística procurando a fundamentação que corrobore seu raciocínio. Para cada informação generalizante, estabelecida de acordo com os propósitos do autor/veículo de informação, seguem-se declarações de entrevistados, dados de pesquisas ou excertos de outras fontes de pesquisa (livros, material noticioso de agências de notícia, outros jornais etc.) que confirmem o raciocínio pré-estabelecido.

Perceba o que o ex-editor de *Veja*, Rui Fernando Barboza, diz a respeito do modo de produção jornalístico da revista em comparação com o de outra publicação (*Realidade*, revista do Grupo Abril publicada de 1966 a 1976):

A Realidade tinha um texto que era o contrário do que a *Veja* adotou e que terminou fazendo escola. A *Veja* sempre coloca alguma coisa, antes de dizer o que está acontecendo. E de tudo o que está acontecendo, ela só inclui na matéria aquilo que combina com o que já foi dito, no início (BARBOZA *apud* COIMBRA, 1993, p.155).

Para ilustrar seu raciocínio, Barboza chega a simular uma possível abertura para uma matéria de capa de *Veja* sobre “marajás” e o trabalho que se seguiria de coleta de informações. Este exemplo é reproduzido por Coimbra em seu livro:

“Afirma-se que o brasileiro não gosta de trabalhar. Embora nem sempre se possa concordar com esta afirmação, é inegável que as características de nossa nacionalidade não são afeitas ao gênero mais elevado de esforço físico.”
Aí começam a chegar as entrevistas e a pesquisa pedidas. De toda aquela massa de informações vai-se escolher o que se encaixa no raciocínio já estabelecido na abertura: entra, então, um pedacinho do relato de uma entrevista ocorrida em Maceió, um pedacinho do relato de uma entrevista feita em outro lugar, etc. Por exemplo: “Fulano de tal, funcionário da Assembléia Legislativa, não está satisfeito com seu salário de 500 mil cruzeiros por mês, pois, diz ele, de acordo com a Lei Tal, ainda teria direito ao acréscimo de um quinto de salário”. Às vezes, não há nenhum fato para exemplificar o raciocínio da abertura. Então, pega-se um pedacinho do relato de um fato e dá-se uma “viradinha” nele (BARBOZA *apud* COIMBRA, 1993, p. 156).

Esse modo de trabalho traz como consequência algumas inconveniências do ponto de vista jornalístico. A propósito dessa prática de produção, o jornalista Luís Nassif, resgatando a história da criação do padrão da revista na década de 1960, registra em seu livro *O jornalismo dos anos 90*:

Na segunda-feira, antes mesmo de apurada, a matéria estava praticamente definida e embrulhada de acordo com o que o leitor pudesse considerar mais atraente. Os repórteres saíam com pautas indicando as declarações que deveriam extrair dos entrevistados. Prejudicou-se bastante o conceito de relevância em nome da busca da atração.

Já nessa época havia o abuso das frases tiradas do contexto para poder se encaixar no raciocínio previamente definido. Pecava-se pela superficialidade, mas essa simplificação da opinião tinha efeito fulminante sobre o público. Lendo a revista, qualquer leitor estava apto a exercitar sua opinião nas discussões com amigos e colegas, sobre temas relevantes e irrelevantes (NASSIF, 2003, p. 6-7).

Rui Fernando Barboza reforça esse argumento retomando o exemplo fictício da matéria sobre os “marajás”:

Como repórter da *Veja*, eu ficaria muito frustrado porque os entrevistados da revista também se frustram. Imaginemos o repórter que colaborou com o texto sobre marajás, em Maceió. A pessoa que ele ouviu provavelmente fez questão de andar durante horas seguidas com ele, de um lado para outro da cidade, mostrando coisas, provando a verdade do que disse. E quando saiu a edição da revista com a matéria, ele encontrou ali uma frasezinha sua, num contexto que a tornou contrária a tudo o que ele havia dito (BARBOZA *apud* COIMBRA, 1993, p. 156-157).

Esse modo de produção de mensagens jornalísticas de *Veja*, conjugado ao fato de que a revista não enviou correspondentes para cobrir *in loco* a Guerra do Iraque, realizando seu trabalho com a coleta de informações via agências de notícia e com base em entrevistas realizadas com fontes representativas ou sediadas no mundo Ocidental, será determinante para a representação

da identidade cultural de norte-americanos e islâmicos que surge de sua cobertura do conflito.

A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DE NORTE-AMERICANOS E ISLÂMICOS POR VEJA

O *corpus* estabelecido para essa análise compõe-se das edições da revista *Veja* datadas de 26 de março e 2 de abril de 2003. Foram os dois números a saírem logo após o lançamento da primeira bomba sobre Bagdá, no dia 21 de março de 2003, e que determinou o início do conflito. Para facilitar a análise, subdividiremos esse tópico em duas seções, cada uma dedicada a uma edição da revista, e analisaremos apenas aquelas matérias que trazem informações e deixam surgir impressões sobre a representação das identidades culturais de norte-americanos e islâmicos.

Apocalipse ao vivo

A capa da edição do dia 26 de março de 2003 de *Veja* trazia o título *Apocalipse ao vivo* e reunia o primeiro conjunto de reportagens sobre a Guerra do Iraque. Como já registramos, a revista não enviou correspondentes ao Iraque. Sua apuração se deu por meio de material coletado (tanto informações como fotografias) preponderantemente em agências de notícia e em entrevistas com fontes sediadas nos EUA e na Europa.

A primeira matéria a chamar a atenção destaca a formação do exército norte-americano, tanto do ponto de vista de seus recursos humanos como materiais. O título “A máquina de guerra” é ilustrado por uma cena de treinamento de marines submersos em uma piscina. A legenda da foto informa:

Guerra permanente - Fuzileiros navais dos Estados Unidos fazem treino de sobrevivência na piscina: ao todo, 15 milhões de americanos vivem em torno da economia bélica, cujo orçamento cresce a cada ano (2003, p. 58-59).

Essa cena, que já evoca características de eficiência técnica e tecnológica dos norte-americanos, é reforçada por outra foto que apresenta um soldado realizando testes em um simulador de voo. A legenda diz: “Batalha virtual – Este simulador de combate aéreo é resultado da cooperação das empresas de alta tecnologia americanas com o Pentágono” (2003, p. 60). Trata-se de uma reafirmação da capacidade e da eficiência técnica dos poderes militar e tecnológico dos EUA. Na outra página, surge um retrato mais humanizado dos fuzileiros norte-americanos. Uma

fotografia da formatura de uma turma de cadetes jogando seus quepes para o alto com a seguinte legenda: “Quepes para o alto – Cadetes comemoram o recebimento de seus espadins numa academia militar dos Estados Unidos” (2003, p. 61). A ideia de eficiência técnica do país é enriquecida pelo tom humano do semblante alegre dos cadetes.

Uma das afirmações generalizantes da matéria, e confirmada pela argumentação de uma das fontes ouvidas, nesse caso o economista Robert DeGrasse Jr., reforça essa característica nos norte-americanos. Sobre o caráter supostamente humanitário da iniciativa militar de George W. Bush, diz DeGrasse Jr.:

Não se podem baratear os benefícios políticos e humanitários de pacificar e democratizar países totalitários como o Iraque, mas é inegável que essas ações produzem ganhos econômicos notáveis para os Estados Unidos (2003, p. 61-62).

Mesmo com a ressalva de que os EUA terão ganhos financeiros com a invasão do Iraque, os benefícios humanitários parecem surgir da matéria como fator a compensar isso.

No trecho fica patente a característica da reportagem dissertativa, em que a premissa – ou a afirmação generalizante – do moderno poderio técnico e militar dos norte-americanos, e também de sua ação com objetivos humanitários, é confirmada por declarações de estudiosos de universidades, escritores e economistas do mundo ocidental. Mesmo ao problematizar em alguns momentos os riscos que a aposta americana numa economia baseada na indústria militar poderá trazer para o país no futuro, o que marca a matéria é o conceito de eficiência que fica aderido aos EUA.

Esta mesma matéria é seguida por um perfil de Saddam Hussein. O título “A formação de um tirano” é ilustrado por uma série de fotos do então chefe de estado iraquiano. Na maior delas, ele aparece empunhando um rifle com a informação da legenda: “O ditador – Saddam Hussein em estado de graça: regime baseado no medo e na paranóia da população” (2003, p. 65). E uma série de cinco fotos retrata Saddam dos 12 anos de idade até 1979, quando ele alcançou a presidência do Iraque. Nesse caso, o argumento generalizante está explícito no título. Uma de suas fundamentações é a declaração do estrategista civil responsável por escolher os alvos dos aviões norte-americanos na primeira Guerra do Golfo, Edward Luttwak. Afirma ele: “Nos últimos meses, houve, de fato, um esforço por parte dos americanos para apresentar Saddam como um grande vilão. (...) Mas o fato é que a biografia do

ditador é ainda pior que a propaganda” (2003, p. 64-66). A matéria segue com afirmações do diretor de redação do jornal inglês *Sunday Telegraph*, autor de uma biografia do presidente iraquiano, Con Coughlin, e do psiquiatra Jerrold Post, que serviu à CIA por mais de 20 anos, no sentido de confirmar a trajetória do “tirano”.

A próxima matéria, “Os novos imperialistas”, aborda o núcleo ideológico do governo Bush, formado pelo vice-presidente Dick Cheney, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, subsecretário de Defesa. Ela retrata o início da prática da “nova ideologia” norte-americana que prega a guerra preventiva como forma de manter a segurança do país e a supremacia incontestada dos EUA. Interessante verificar que, em todo o texto, a característica de “linha dura” da ação da tríade de políticos é descrita por meio de expressões como “jihad democrática” e “imperialismo democrático”, de forma que as ideias de unilateralidade e de radicalismo embutidas nos termos “jihad” (a Guerra Santa para os muçulmanos) e “imperialismo” são quebradas pela presença do adjetivo “democrático(a)”, o que, de certa forma, suaviza a afirmação generalizante de que os ideólogos do governo Bush são “novos imperialistas”.

Não é um Vietnã mas é guerra

O título acima abre a capa da revista *Veja* do dia 2 de abril de 2003. Logo a primeira matéria da série de reportagens sobre a guerra, “Rumo a Bagdá”, traz uma afirmação generalizante que constrói a representação do exército norte-americano como tecnicamente eficiente, imagem que é elaborada, principalmente, por causa da avançada tecnologia de seus armamentos. Nesse caso, como analisaremos, a representação mostra-se injustificada e a reportagem incorre em erro jornalístico. Ao encampar a ideia, exaustivamente propagandeada pelo exército americano, de ataques de precisão cirúrgica, em referência à alta tecnologia dos bombardeios, o repórter da revista afirma:

Esta guerra no Iraque segue uma receita diferente. Não há bombardeios a esmo de cidades. As bombas de precisão permitem que se atinjam apenas alvos militares, sem que seja necessário obliterar cidades inteiras para destruir um objetivo limitado em área urbana, como ocorre na guerra tradicional (2003, p. 44).

Na mesma página em que extraímos essa afirmação, há a foto de uma paisagem urbana de

Bagdá completamente devastada pelos bombardeios norte-americanos que contradiz a afirmação do repórter. No entanto, a edição dá uma “viradinha” no texto da legenda, como afirma Rui Fernando Barboza sobre o processo de produção das reportagens de *Veja*, ao registrar: “Terra Arrasada - Rua de Bagdá atingida pelo bombardeio: cuidados para evitar muitas vítimas civis” (2003, p. 44). Interessante também ler o depoimento do repórter da *Folha de S. Paulo*, Sérgio Dávila, único correspondente de veículo de comunicação brasileiro enviado ao Iraque para cobrir a guerra, sobre os ataques de precisão cirúrgica:

Os ataques “cirúrgicos”, as tais bombas “inteligentes” de que falava George W. Bush e seu estado-maior antes de iniciado o conflito, são tão cínicos quanto a expressão “guerra pacífica”. É impossível despejar a 10 mil metros de altura um armamento de 2 mil quilos cheio de explosivo e esperar que ele seja inteligente e cirúrgico – ou seja, que destrua só os alvos e mate exclusivamente os soldados.

Basta que uma das centenas de cápsulas disparadas pelas baterias antiaéreas acerte a bomba de maneira efetiva, e ela vai mudar de rota, mandando às favas a “inteligência”. E basta que o alvo militar a ser atingido seja vizinho de construções civis (como acontece, por exemplo, com as sedes do Baath) e lá se vai a “cirurgia” (DÁVILA, 2003, p. 52).

Fica evidente aqui que a revista usa como fundamentação de sua afirmação generalizante informações divulgadas – e nesse caso propagandeadas – pelo exército norte-americano (basta lembrar que o conceito de ataques cirúrgicos foi evocado desde a primeira Guerra do Golfo, em 1991). Esta mesma ideia já fora trabalhada em uma legenda de foto da edição de 26 de março de 2003 – “Choque e temor – Um míssil explode sobre o complexo presidencial: ataque militar com precisão cirúrgica” (2003, p. 53) – que ilustrava o momento da explosão de um míssil no céu de Bagdá. A evocação da eficiência técnica dos norte-americanos volta a ser representada nesta mesma matéria com o infográfico que apresenta as armas e os modernos veículos de guerra do exército dos EUA sob o título “Tecnologia em estado bruto” (2003, p. 46-47).

Em outra matéria dessa edição, dedicada a reconstituir a trajetória do secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, intitulada “O senhor

da guerra” (2003, p. 54-56), a ideia desenvolvida à priori pelo texto, de expor as características de um administrador com mãos de ferro, é abrandada pelo seguinte trecho da reportagem:

Já se tornou um lugar-comum ressaltar como os atentados de 11 de setembro da Al Qaeda tiveram um efeito transformador sobre a liderança americana, mas no caso de Rumsfeld o resultado foi peculiar. Ele é o único membro da cúpula do governo que estava do lado de baixo de um dos aviões pilotados pelos terroristas suicidas, o que explodiu em cima do Pentágono, onde o secretário trabalhava na hora do ataque. Reagiu com frieza e coragem e seu comportamento conquistou-lhe muitos admiradores (2003, p. 55).

Mesmo as características de um secretário de Defesa linha dura convertem-se, com a revelação desse dado de sua biografia, no estilo de ação destemido e capaz de tudo fazer para defender a “liberdade” dos EUA.

Em contrapartida, o povo islâmico é retratado como um bando de fanáticos radicais na matéria “A hora dos radicais” (2003, p.62-67), sobre os movimentos políticos e armados do Oriente Médio. Logo na primeira foto da reportagem, pode-se ver ativistas do Hamas uniformizados, com rifles e empunhando as mãos direitas para o alto. A legenda diz: “Fé e violência – Ativistas do grupo terrorista Hamas em manifestação na Faixa de Gaza: só os moderados podem segurar os radicais” (2003, p. 63). Nessa mesma página, chama a atenção um trecho da reportagem em que se lê: “Nos últimos anos, assistiu-se nessa região à chegada ao poder das vertentes fundamentalistas do islamismo. Para essas correntes radicais, não existem governos nem fronteiras”. O curioso é que essa mesma descrição poderia ser utilizada para caracterizar o governo Bush, pelo próprio fato de que ele desrespeitou a decisão do Conselho de Segurança da ONU de vetar a resolução que previa o conflito no Iraque.

Mais à frente na matéria, esse argumento generalizante tem a ideia confirmada pela fundamentação extraída de um trecho do livro *Militant Islam Reaches America*, de Daniel Pipes, que diz: “De modo geral, há uma lenta mas inexorável migração de corações e mentes dos povos islâmicos para posições de rancor contra o Ocidente” (2003, p.63). Adiante, nas páginas 66 e 67, duas fotografias mostram manifestações contrárias à guerra realizadas no Paquistão e na Síria. Na primeira delas, vemos uma multidão que ouve um discurso de um membro do partido

religioso do Paquistão. A legenda diz: “Não à guerra – Partido religioso do Paquistão reúne 100.000 em protesto: um Iraque moderado no pós-guerra pode pôr água na fervura dos fundamentalistas” (2003, p.67). A segunda foto traz manifestantes sírios queimando uma bandeira britânica com a legenda: “Revolta – Sírios queimam bandeira britânica: raiva e caos nos países vizinhos ao Iraque preocupam líderes do Oriente” (2003, p. 66). Também nessas imagens fica evidente a construção do retrato dos povos islâmicos como radicais e intolerantes.

Na última matéria que serve a nossos propósitos, encontramos uma reportagem que expõe a situação dos curdos, população predominante no norte do Iraque. Com o título “A saga dos curdos” (2003, p. 68-69), a reportagem traz duas fotos, uma que mostra a troca da guarda do parlamento (após a Guerra do Golfo, em 1991, os curdos passaram a gozar de certa autonomia pela proteção que receberam dos norte-americanos e organizaram-se politicamente em dois partidos políticos) e crianças dentro de uma caverna. A legenda refere-se às duas fotos e diz: “Livres e com medo – A troca de guarda no Parlamento simboliza a autonomia curda no norte do Iraque e as crianças na caverna retratam o eterno perigo” (2003, p. 69). Aqui, o que surge é a representação de um povo sem pátria, de costume bárbaro e acuado pelas ameaças iraquianas e também turcas.

A representação da cultura árabe por meio de imagens e adjetivos pejorativos não é nova. José Arbex Júnior, no livro *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*, relata sua tentativa, como editor do caderno internacional da *Folha de S. Paulo*, de selecionar fotos que apresentassem os árabes em seu aspecto humano na época do conflito do Golfo:

Em geral, tais fotos não existiam. Os árabes eram apresentados apenas como uma idéia, um conceito ameaçador. Isso explica, aliás, por que tantos acreditaram que “ninguém morreu” na Guerra do Golfo. Os árabes já haviam sido culturalmente eliminados, antes de serem fisicamente exterminados. Edward Said mostra a invenção de um “Oriente” exótico como um componente fundamental do processo de desumanização de toda uma parcela da humanidade. O *slogan* criado pelo movimento sionista no final do século XIX – “uma terra sem povo (a Palestina) para um povo sem terra (os judeus)” – sintetiza com clareza meridiana essa operação.

O Islã e os islâmicos eram – e ainda são – invariavelmente apresentados pelo noticiário como “vilões”, ou como seres exóticos de um mundo estranho e misterioso. Se mesmo os mais comprometidos integrantes do *establishment* da mídia americana reconhecem, hoje, que a cobertura da Guerra do Golfo foi “tendenciosa”, esse reconhecimento não é suficiente para desnudar a operação construída pelo Estado americano em associação com as corporações da mídia. Isso, por uma razão muito simples: a construção de metáforas da guerra entre o Bem e o Mal não se restringe ao noticiário diário. O noticiário é apenas uma parte da operação que dá vida e sentido às metáforas. As outras peças são formadas por documentários supostamente “objetivos”, pela opinião de “especialistas” em religião, história e ciências sociais, por “pesquisas de opinião” e por uma imensa quantidade de filmes produzidos em Hollywood (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 117-118).

A situação verificada por Arbex Júnior parece ser o resultado, já editado nas páginas de veículos impressos aqui no Brasil (mundo Ocidental), de uma verdadeira batalha das ideologias geopolíticas cujo teatro de eventos, para usar um termo bem à moda dos militares, passou a ser a mídia. Nesse campo, afloram as informações disseminadas por fontes institucionais que muitas vezes obedecem a interesses ideológicos. É o desenvolvimento dessa batalha que percebe Margarethe Born Steinberger no livro *Discursos geopolíticos da mídia*. De acordo com ela,

Ao ler os jornais, é fácil identificar o reflexo desses discursos institucionais na cobertura do noticiário internacional. No tratamento dos fatos, as matérias refletem claramente essas fontes discursivas institucionalizadas. Há os interesses da política externa dos países envolvidos no fato, que se expressam através dos discursos da diplomacia; há os interesses econômicos, que se expressam através das autoridades governamentais da área; há as opiniões supostamente independentes dos “observadores internacionais”; e, na eventualidade de guerra, há as avaliações de ordem estratégico-militar (STEINBERGER, 2005, p. 27).

Dessa forma, transparece no fazer jornalístico de *Veja* o reflexo de discursos institucionais do mundo Ocidental, sobretudo o dos norte-americanos. Isto ocorre pela influência dos canais de divulgação de material informativo dos EUA em território brasileiro e pela falta de acesso a informações vindas do Oriente, o que continua a existir mesmo em tempos de globalização. Não podemos esquecer que grande parte da mídia norte-americana, fonte natural de informações da mídia brasileira, pelo menos em um primeiro momento, apoiou a guerra de Bush e serviu de canal de divulgação dos intuitos dos EUA. Isso parece refletir-se na cobertura da Guerra do Iraque por *Veja* e na construção das identidades culturais de norte-americanos e islâmicos.

CONCLUSÃO

Em uma guerra, tão importante como a capacidade bélica de uma nação, é sua habilidade em tirar proveito da mídia. Muitas vezes, torna-se mais importante conquistar a aprovação da opinião pública do que convencer governos de países e membros de organismos internacionais a apoiarem e aprovarem intervenções militares. Foi o que aconteceu em relação à invasão do Iraque liderada pelos norte-americanos. A mídia transformou-se em um dos instrumentos estratégicos no planejamento da guerra. E não é que só os EUA a utilizaram. De seu lado, Saddam Hussein também procurou beneficiar-se do potencial dos meios de comunicação.

No entanto, é inegável a supremacia dos EUA na “guerra discursiva” travada na mídia (convertida em campo de batalha) no mundo Ocidental. As fontes de informação norte-americanas foram soberanas no abastecimento de material jornalístico no lado de cá do globo, principalmente na América Latina. No caso do Brasil, basta lembrar que apenas a *Folha de S. Paulo* enviou uma equipe (repórter e fotógrafo) a Bagdá para cobrir a guerra *in loco*. Não que isso seja garantia de uma cobertura isenta, o que é impossível do ponto de vista jornalístico, mas é inegável que reportar a guerra com recursos próprios é bem diferente do que contá-la através do relato de outros, a maioria deles pertencente ao mundo Ocidental, como aconteceu nesse caso.

Na cobertura do conflito realizada por *Veja*, o que se vê é o surgimento de identidades culturais de norte-americanos e islâmicos bem definidas. Para isso colaborou o estilo do fazer jornalístico da revista. A preponderância da prática da reportagem dissertativa, sempre à procura de comprovar uma tese por meio do uso de fundamentação que corrobore raciocínios previamente estabelecidos no processo de edição, contribuiu para as representações bem marcadas

das civilizações em conflito. Os americanos surgem das páginas das duas edições analisadas da revista como um povo eficiente, humana e tecnicamente, representante do mundo moderno e mandatário de ideais humanistas. Do outro lado, os islâmicos são os fanáticos radicais, política e religiosamente, rancorosos em relação ao Ocidente e donos de costumes bárbaros.

A representação das identidades culturais em questão, e que emerge do trabalho jornalístico de *Veja*, resulta assim maniqueísta. Os norte-americanos surgem adjetivados positivamente, enquanto os islâmicos saem caracterizados de forma negativa. Nada mais inadequado quando se leva em conta o conceito de identidade cultural estabelecido por Stuart Hall. O autor o questiona e demonstra a fragilidade da ideia de unicidade das identidades culturais na pós-modernidade. Aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos, étnicos e de gênero fazem surgir identidades culturais heterogêneas, múltiplas, fragmentadas, na modernidade tardia.

Mas *Veja* parece escolher um lado do conflito. É o que, no geral, ocorre quando faz surgir, por meio de seu estilo de produção jornalístico, oposições do tipo Ocidente / Oriente, bem / mal, povo civilizado / povo bárbaro, humanos / desumanos. É exatamente essa a impressão que fica quando da leitura das edições da revista que compõem o *corpus* desta análise.

REFERÊNCIAS

ARBEX JÚNIOR, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

COIMBRA, O. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

DÁVILA, S. **Diário de Bagdá: a Guerra do Iraque segundo os bombardeados**. São Paulo: DBA, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: Educ; Fapesp; Cortez, 2005.

VEJA. **Apocalipse ao vivo**. São Paulo, ano 36, n. 12, 26 de mar. 2003.

VEJA. **Não é um Vietnã mas é guerra**. São Paulo, ano 36, n. 13, 2 de abr. 2003.